

UMA HISTÓRIA DA LEITURA: OS LIVROS DIDÁTICOS NA PARAÍBA NO SEGUNDO REINADO

SARA CAVALCANTI PINTO BANDEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA).

Resumo

Este trabalho tem o intuito de expor à comunidade acadêmica as atividades desenvolvidas no projeto Uma História da Leitura: os livros didáticos na Paraíba no Segundo Reinado, com ênfase nos compêndios utilizados nas escolas paraibanas durante o século XIX. O principal objeto deste recorte da pesquisa são os compêndios religiosos e os de literatura, que circularam na Paraíba no século XIX, quer tenham sido adotados pelas escolas, ou mesmo circulado em anúncios de jornais e periódicos. Para um levantamento de dados sobre esta história da leitura, desenvolvemos atividades de pesquisa em fontes primárias como os Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba, e os Relatórios Manuscritos e Correspondências dos Presidentes da Província da Paraíba, encontrados no Arquivo Histórico, na cidade de João Pessoa; e ainda, buscamos mais dados nos Arquivos da Assembléia Legislativa da Paraíba, compreendidos pelos livros das Coleções das Decisões do Governo do Império do Brasil. Também foram utilizados os arquivos do Projeto Jornais e folhetins paraibanos do século XIX. Para um conhecimento do nosso corpus, construímos nosso estudo a partir de uma fundamentação teórica fundamentada na história da leitura e da história cultural, a saber, Socorro Barbosa (2007), Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1998), e Márcia Abreu (1999), visando a análise de aspectos relacionados à produção, circulação e recepção do texto escrito em contextos escolares e não-escolares: os impressos como fonte para a história do leitor e do escritor.

Palavras-chave:

História da Leitura, Livro didático, Século XIX.

1. Introdução

A cada dia têm surgido novos estudos sobre o livro escolar no século XIX, desde as precursoras pesquisas de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1998). Contudo, esses estudos estão sempre centrados sobre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul; ainda são raras as pesquisas que auxiliem na construção da história da leitura e do livro didático na Paraíba, durante o século XIX, objetivo principal do projeto *Uma história da Leitura: os livros didáticos na Paraíba no Segundo Reinado*.

O trabalho realizado neste projeto de pesquisa baseou-se no suporte técnico desenvolvido através do recolhimento de dados nos Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba, disponíveis no site www.crl.edu/content/provopen.htm, nas Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial (CURY E PINHEIRO, 2004), nos Relatórios Manuscritos e Correspondências dos Presidentes da Província encontrados no Arquivo Histórico de João Pessoa, e ainda, nos Arquivos da Assembléia Legislativa da Paraíba, compreendidos pelos livros das Coleções das Decisões do Governo do Império do Brasil. Em todos estes Relatórios e Arquivos, encontramos não somente nomes de livros, mas também seus autores – em sua grande maioria estrangeiros –, e o motivo de tal compêndio ter sido adotado ou de ter sido rejeitado pela direção da escola. Encontramos também a quantidade de exemplares pedidos e a dificuldade da adoção destes livros devido à escassez dos cofres públicos. E ainda, resoluções tomadas pelos diretores escolares

a respeito da educação na escola, como, por exemplo, o método de ensino mais propício a ser utilizado em sala de aula.

Em vista de uma maior compreensão da situação política e do conjunto dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores morais e materiais, característicos da sociedade imperial brasileira do século XIX, aliamos nossas pesquisas aos estudos da História da Paraíba, paralelos à história do Segundo Reinado brasileiro, e à História do Livro no Brasil, com a finalidade de melhor compreender a sociedade naquela época.

1. Os compêndios na Paraíba no século XIX

Tendo em vista a formação de um Banco de Dados com os resultados de nossas pesquisas, iniciamos nossa busca por compêndios nos Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba, compreendidos do ano de 1837 ao ano de 1889 (os anos de 1822 a 1836 não constam nos relatórios). Logo no ano de 1853, sobre a Biblioteca do Colégio Lyceu, primeiro colégio de prestígio da Paraíba, fundado em 1836, segundo nos registra Irineu Ferreira Pinto, em seu livro *Datas e Notas para a História da Paraíba* (1977), encontramos uma relação de livros existentes na referida biblioteca naquele ano. A relação foi feita pelo diretor da Instrução Pública, e nesta lista consta um acervo de 93 livros de diversas obras, entre elas, diversos dicionários e gramáticas de línguas estrangeiras, livros de poética, filosofia, matemática e história. Encontram-se também obras renomadas como *Os Lusíadas*, de Luiz de Camões, *Obras Filosóficas*, de Descartes, e *Eneida*, de Virgílio, que podem ser conferidas no ANEXO 1.

Através dos Relatórios, acompanhamos algumas adoções de livros feitas pelos presidentes, tanto compêndios de leitura, quanto de outras disciplinas. Em 1857, o presidente da província pede o fornecimento de 400 exemplares da "excelente" *História Universal*, resumida por Pedro Parley, para o ensino primário. Este compêndio foi também utilizado nas escolas dos Estados Unidos, e, no Brasil, por algumas escolas do Rio de Janeiro. Já em 1865, o presidente da província faz a petição de 500 exemplares do compêndio *Resumo de Gramática Portuguesa*, de Pedro de Souza Guimarães, para ser adotado nas escolas primárias da província "por ter um método considerado apropriado e por ter clareza na sua exposição para os alunos". Em 1866, o presidente da província comprou 50 exemplares da obra *Tratado de Pedagogia*, de Mr. Daligault, diretor de uma das mais consideradas escolas Normais da França, e traduzida (em língua vulgar) pelo Dr. Joaquim Pires Machado Portella, para serem revendidos a preço de custo aos professores que vinham apresentando muitas dificuldades no magistério, provavelmente devido a sua falta de vocação para a profissão; compêndio "cujo mérito é servir de guia àqueles que bem compreendem as várias obrigações que sobrecarregam o lugar do mestre". Em 1869, o presidente pede a permissão para a compra de 800 a 1000 exemplares do livro *Catecismo da Agricultura*, do Dr. Antônio de Castro Lopes, para melhor acompanhamento dos alunos da cadeira implantada sobre metrologia e outra sobre pesos e medidas pelo sistema métrico.

Também foi recomendado aos professores que em suas lições procurassem utilizar as sábias ponderações do professor norte-americano Norman Allison Calkins, no seu livro *Lições de Coisas*, traduzida do original inglês *Primary object lessons for training the senses and developing the faculties of children*. Este manual

de ensino elementar para uso de pais e professores foi utilizado por Rui Barbosa, para produzir a versão em língua portuguesa, em sua 18ª edição, de 1880.

Findada nossa pesquisa nos Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba, passamos para o arquivo das *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial* (CURY E PINHEIRO, 2004), do ano de 1836 ao ano de 1888 (os anos de 1878, 1882 e 1889 não constam nos relatórios). Na primeira parte deste arquivo, relativa às instituições educacionais, na Lei nº 20 de 6 de maio de 1837, aparecem os três primeiros compêndios adotados pelas escolas, encontramos o primeiro compêndio, *As Constituições do Império*, provavelmente do autor Américo Jacobina Lacombe; o segundo, *Resumo de História do Brasil*, possivelmente de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde; e o último, já encontrado nos Relatórios dos Presidentes da Província, o opúsculo *Palavras de um crente*, de Felicité Robert de Lamennais. Os autores dos dois primeiros compêndios são supostos, pois o arquivo não os revela, e a partir dos nomes dos compêndios dados, fizemos pesquisas na internet, encontrando os referidos autores.

A segunda parte do arquivo refere-se às Leis e Regulamentos relativos a Instituições Educacionais, principalmente o Liceu Paraibano. Nas Disposições Gerais da Resolução 26 que se refere à Lei provincial nº 7, de 4 de Junho de 1846, o presidente Frederico Carneiro de Campos emite uma relação de compêndios pelos quais os professores deveriam se orientar na ministração das matérias. São estes: Gramática Latina, do Padre Antônio Vieira, Cornélio, Vida dos Imperadores, Fábulas de Fedro, Salustii e Virgílio, e Arte Poética, de Horácio, todos pertencentes à primeira cadeira. Na segunda cadeira estariam *Gramática Francesa*, por Emílio Seven, *Aventuras de Telêmaco*, e *Teatro*, de Voltaire. Pertenceriam à terceira cadeira: *Retórica*, do Padre Marinho, *Poética*, de Pedro José da Fonseca, *Geografia*, por Úrculo, *Cronologia* pelo Padre Miguel, e *História*, principalmente a do Brasil, por Bellegarde. A quarta cadeira seria composta pelo compêndio *Gêneses Filosofia*, e a quinta cadeira por: *Aritmética*, de Bezout, *Álgebra* por Lacroix, *Geometria e Trigonometria*, por Legandre. Segundo o regulamento, os compêndios fixados neste artigo que não pudessem ser adquiridos, poderiam ser substituídos somente "por outros designados pela Congregação com aprovação do Presidente da Província".

Para uma continuação na busca de dados, fomos aos Relatórios Manuscritos e Correspondências dos Presidentes da Província da Paraíba, dos anos de 1800 a 1888, encontrados no Arquivo Histórico, no Espaço Cultural de João Pessoa. Encontramos registros de compêndios no ano de 1848, quando o presidente da província João Antonio de Vasconcellos autoriza ao Inspetor do Tesouro Provincial a aquisição de 500 exemplares do compêndio *Resumo de Gramática Portuguesa*, organizado por Pedro de Souza Guimarães, nas escolas primárias da Província, gramática esta preferida pelo Presidente da Província às demais que existiam por causa de seu "método e clareza da exposição, acomodada à inteligência pouco desenvolvida dos meninos". Para a Instrução Secundária, o presidente, por requisição da Diretoria da Instrução Pública, autorizou a "encomenda para o Liceu de um Atlas, Cartas Corográficas e Tipográficas do Império, e dois compêndios, um de História Universal e outro de História do Brasil por alguns dos autores mais seguidos". Como visto, o nome do compêndio não é citado, nem o seu autor, fato não raro nos relatórios dos presidentes da província da Paraíba que, sempre que possível, abriam mão da escolha pessoal do compêndio a ser adotado nas escolas públicas da Província.

Após esta pesquisa no Arquivo Histórico, passamos a catalogar ainda nomes e adoções de compêndios encontrados nos Arquivos da Assembléia Legislativa, nos livros das Coleções das Decisões do Governo do Império do Brasil, compreendidos entre os anos de 1800 a 1888. Nestes livros, na seção de *Império*, encontramos decisões sobre escolas de todo o Brasil, sobretudo do Rio de Janeiro.

O Imperial Colégio de Pedro II era o mais citado, razão bastante compreensível já que este servia de modelo para todos os demais colégios do Brasil.

Alguns compêndios adotados pelo Colégio de Pedro II também circularam nas escolas paraibanas. Dentre eles podemos citar as *Cartas Seletas*, e o *Novo Método da Gramática Latina*, ambos do Padre Antonio Vieira; *Lições Elementares de Poética*, por F. Freire de Carvalho; obras de Emilio Sevenne; *Compêndio da História da Idade Média*, por João Baptista Calogeras; e as obras clássicas, *Ilíada*, de Homero, as Fábulas de Fedro, e a *Eneida*, de Virgílio.

Ao final de alguns livros, pudemos encontrar catálogos de obras que se achavam à venda na Typographia Nacional. Entre livros de física, química, história e trigonometria, encontramos compêndios que circularam nas escolas da Província da Paraíba, como o *Catecismo Histórico*, do francês Abbade Fleury e o *Tratado de Trigonometria*, de A. M. Legendre.

2.1. Compêndios religiosos

A Doutrina Cristã era a principal entre as demais matérias dadas no ensino primário. Todas as escolas deveriam, obrigatoriamente, ter esta disciplina como prioritária. Mesmo que não houvesse um compêndio apropriado que ensinasse aos alunos as verdades sobre as doutrinas bíblicas, que fizessem então os estudos através da própria Bíblia Sagrada.

Em relação a esta cadeira, os presidentes reclamavam bastante pelo fato de a educação religiosa viver em completo atraso e abandono. Encontramos poucos livros para esta cadeira; isto não devido ao fato de que não eram adotados, mas que, possivelmente, um mesmo livro fosse utilizado durante um longo tempo.

Nos relatórios dos presidentes da província da Paraíba, no ano de 1849, o presidente João Antonio de Vasconcellos desiste de adotar um compêndio sobre Doutrina Cristã do escritor "*Monteverde*". Não é dito o nome completo do escritor, mas segundo uma pesquisa realizada na internet, este autor seria, provavelmente, Emilio Achilles Monteverde. Também não é revelado o nome do compêndio, nem sobre o que exatamente se trata. O presidente apenas declara a necessidade de adotar um compêndio para todas as escolas em vista da uniformidade do ensino da doutrina (cristã). Este compêndio de *Monteverde*, a princípio, seria considerado o melhor, mas não foi escolhido porque, em primeiro lugar, não tinha "*a parte*", ou seja, o Catecismo[1] da Doutrina Cristã, considerado prioridade no ensino; e porque se preocupou mais em instruir do que em educar a mocidade, já que a educação apenas compreendia 31 páginas de seu manual.

Circe Bittencourt (1993: 33) nos explica a diferença existente entre o conceito de instrução e de educação compreendida no século XIX, de acordo com Liberato Barroso. Segundo ela, a escola primária seria responsável por fornecer a instrução e deveria desenvolver e aperfeiçoar a educação; no entanto, os princípios da educação, o homem receberia em sua casa, entre seus familiares, e esta educação só seria completada com auxílio da religião, a responsável pela formação do coração humano.

No ano de 1848, dois compêndios são bastante destacados pelo atual presidente como sendo livros considerados de grande merecimento e apropriados à capacidade dos meninos. Um deles é o *Catecismo Histórico*, de Claude Fleury,

padre e escritor francês. Segundo pesquisa realizada foi no ano de 1683, em Paris, a primeira publicação deste compêndio. O *Catecismo Histórico "toma consciência das necessidades de voltar ao método histórico na apresentação da doutrina"* [2]. Claude Fleury foi o primeiro a se preocupar com a leitura do catecismo para letrados. Para tentar minimizar esse problema, ele resolveu acrescentar figuras ao *Catecismo Histórico "a fim de que possa servir ao mesmo tempo de catecismo e de figura da história sagrada"* [3]. E em uma última pesquisa, feita nos Extratos sobre o Ensino nos Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo[4] no período imperial, o *Catecismo Histórico* foi "*impresso por ordem da Assembléia*", a fim de ser distribuído nas escolas primárias da província de São Paulo.

Já nas *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial* (CURY E PINHEIRO, 2004), logo na primeira parte deste arquivo, relativa às instituições educacionais, na Lei nº 20 de 6 de maio de 1837, aparecem os três primeiros compêndios adotados pelas escolas "para a leitura dos meninos". Um deles é o já encontrado nos Relatórios dos Presidentes da Província, o opúsculo *Palavras de um crente*, de Felicité Robert de Lamennais. Este compêndio, traduzido do original *Paroles d'un Croyant* do padre francês Felicité Robert de Lamennais, foi motivo de dissensões entre os presidentes. Adotado inicialmente em 1837, pelo presidente Basílio Quaresma Torreão, o compêndio permaneceu no Liceu Paraibano até o ano de 1839, quando, após muitas críticas, foi substituído pela *Tabela de Doutrinas*, sugerida pelo presidente João José de Moura Magalhaens.

O *Palavras de um Crente* foi considerado como um livro proibido pela Igreja Católica. Em todo o Brasil, segundo nossas pesquisas, o livro de Lamennais não foi adotado senão na Paraíba. O único registro encontrado deste livro foi a sua presença na Biblioteca do Liceu do Ceará, em 1868; mas não há registro de adoção deste compêndio em mais nenhuma escola de todo o Império. O que nos desperta o interesse neste livro é a razão de sua adoção. Livro aparentemente religioso, *Palavras de um Crente*, na verdade, é um livro de caráter revolucionário, escrito dentro do contexto da Revolução Francesa. O autor, que era padre ao escrever a obra, utiliza-se de versículos bíblicos para sustentar suas opiniões contra os governantes detentores do poder da sociedade, incluindo até mesmo, a própria Igreja Católica.

2.2. Compêndios de Literatura

A escolarização da literatura somente aconteceu no Brasil no século XX, a partir da década de 60. Segundo Valéria Augusti (2007), em seu artigo *Um leitor sem qualidades*, antes disso, não havia uma disciplina chamada literatura, nem tampouco voltada especificamente ao ensino literário; antes, o ensino da leitura, "das artes da persuasão e do bem-dizer", assim como a "aprendizagem dos gêneros firmados pela tradição", eram oferecidos pelas cadeiras de poética e retórica. Quando em 1860, o curso de Literatura Nacional foi implantado, este foi anexado ainda aos seus precedentes, retórica e poética, sem, contudo, fazer-se qualquer referência ao estudo de romances e obras ficcionais, como acontece nos dias atuais, pois segundo Augusti (2007), "acreditava-se que o romance tinha um destino 'popular', uma vez que sua leitura não exigia o domínio de um repertório normativo, como ocorria com os gêneros clássicos" (AUGUSTI, 2007, p.2).

De fato, em todas as nossas fontes de pesquisa, somente encontramos alguma referência sobre esta cadeira de literatura no ano de 1864, quando o presidente da província da Paraíba, Sinval Odorico de Moura, na lei número 178, encontrada nas *Leis e Regulamentos da Instrução Pública da Paraíba* (CURY E

PINHEIRO, 2004), no artigo décimo, declara que será criada no Colégio Liceu Paraibano “mais uma cadeira de literatura e língua Nacional”. Antes disso, encontramos somente cadeiras de *leitura*, onde as crianças teriam contato com textos escritos, tanto clássicos portugueses e europeus, quanto apenas compêndios de leitura de alguns escritores brasileiros autorizados para a produção de tais livros.

Sobre estes livros de leitura, nos relatórios dos presidentes, no ano de 1864, vemos uma desistência de adoção de um compêndio, o *Íris Clássico*, de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha. Este livro, considerado impróprio para o uso da leitura nas escolas paraibanas por seu estilo figurado e de difícil compreensão, não estava ao alcance dos meninos que não entendiam o que liam, perdiam a atenção, aborreciam-se e aborreciam a leitura (PARAÍBA, 1864). E por ser muito volumoso é mais caro para ser distribuído para as “classes indigentes”. É preferido então, em seu lugar, outro compêndio, “*O Livro do Povo*”, de Antônio Marques Rodrigues, “um maranhense distinto”. Segundo uma pesquisa feita por Galvão[5],

O “Livro do Povo”, foi aprovado para ser utilizado nas escolas da província como livro de leitura por seu mérito de conteúdo, mas também pela “modicidade do preço” com que o autor manda que se venda cada exemplar (320 réis) além dos que “com abundância haja feito distribuir gratuitamente: parece a Comissão que a idéia prática de Dr. Antonio Marques Rodrigues é uma obra humanitária, digna de grande louvor”. A comissão conclui o parecer recomendando que o Conselho Literário “se esforce em propaga-lo em todo o Brasil, pelos meios que tiverem a sua disposição”. O “Livro do Povo” parece ter tido, de fato, grande circulação em todo o Brasil. Como Pernambuco e o próprio Maranhão, outras províncias de importância estratégica certamente também contribuíram para a sua disseminação em várias localidades do país. (GALVÃO, 2007)

No ano de 1848, um outro compêndio bastante destacado pelo atual presidente como sendo um livro considerado de grande merecimento e apropriado à capacidade dos meninos é *História de Simão de Nantua*, também chamado “*O Mercador de Feiras*”, de Mr. De Jussieu. Ele foi primeiramente pedido pelo Presidente da Província em 1848, sendo pedido novamente numa remessa de mais 60 livros em 1850. Ainda neste mesmo ano de 1848, o presidente manda comprar “alguns” livros do *Tesouro de Meninas*, ou *diálogo entre uma sábia aia e suas discípulas da primeira distinção*, de Jeanne Marie Leprice de Beaumont, e traduzido por Joaquim Ignácio de Frias, para ser distribuído também aos discípulos. *Tesouro de Meninas* aparece nos registros dos presidentes da Paraíba somente uma vez, no ano de 1850, quando o presidente José Vicente de Amorim Bezerra, manda comprar mais alguns exemplares deste compêndio. Não há muitos registros sobre este livro, tampouco análises sobre ele no Brasil. A mais recente e completa foi feita por Fabiana Sena (2008), que, em sua análise desta obra, nos declara que:

Magasin des enfants ou Dialogues entre une sage gouvernante et ses élèves, da autoria de Pauline de Montmorin, conhecida como Madame Leprince Beaumont, foi publicada em 1757, cuja versão portuguesa recebeu o título *Tesouro de Meninas* em 1774 pelo padre português Joaquim Ignácio de Frias. (SENA, 2008)

A partir do ano de 1883, uma grande quantidade de livros é comprada em vista de um maior investimento na educação da Província. De início, foram comprados, entre outros compêndios “163 livros de 1ª leitura, 104 de 2ª leitura, 68 de 3ª leitura do Dr. Abílio César Borges”. Em 1886, por ordem da presidência, foram adotados no Externato Normal os *Livros de Leitura*, de Hilário Ribeiro, por serem mais apropriados às necessidades do ensino.

Estes livros iniciaram uma nova fase na leitura no Brasil. Primeiramente por serem escritos por autores brasileiros para as crianças brasileiras, o que era algo inédito no século XIX. Separados por *números* de leitura, de acordo com a idade das crianças, eram livros de nível infantil, com textos de fácil compreensão para as crianças.

Nos Relatórios Manuscritos e Correspondências dos Presidentes da Província da Paraíba, encontrados no arquivo histórico, no Espaço Cultural de João Pessoa, encontramos, em 1863, a adoção de um compêndio que, pela primeira vez, faz referência às escolas de Primeiras Letras do sexo feminino. Segundo os registros, foram pedidos “*mais*” cinquenta exemplares do compêndio *Moça Perfeita*, pedido pelo presidente Francisco Araújo Lima a Thomaz José Meira. Nenhum registro sobre este compêndio foi encontrado, de acordo com nossas pesquisas. Só pudemos saber que Thomaz José Meira concorreu ao cargo de Amanuense da Secretaria da Paraíba, no ano de 1843, contudo foi recusado por Joaquim Francisco Vianna, Presidente do Tribunal do Tesouro Público Nacional.

3. Conclusões

Através dos Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba e dos demais arquivos e materiais pesquisados, constatamos que cada presidente tem uma característica própria de administração. Uns se apresentam mais flexíveis e cuidadosos, sempre preocupados em adotar os melhores compêndios em vista do melhor aproveitamento dos alunos, pois ao presidente é que cabia o papel de escolher os materiais de leitura mais apropriados para serem adotados nas escolas. Outros presidentes se mostram menos pacientes adotando medidas mais radicais, e deixando sob a responsabilidade dos professores a responsabilidade de adotar o melhor método de educação, como também os melhores compêndios para os seus alunos.

Percebemos que a Paraíba não se encontrava em estado de isolamento cultural e intelectual como muito se acreditava, no século XIX (BARBOSA, 2007). Sempre preocupados com a melhor forma de ensino, e com os melhores compêndios a serem dados pelos alunos, a quase totalidade dos presidentes da província paraibana procurava acompanhar as novidades que surgiam na Corte e no mundo:

Há elementos de instrução indispensáveis que devem estar ao alcance de todos. (...) Aprenda o discípulo por um método expedito e claro a ler, escrever e contar; saiba a gramática de sua língua; escolham-se para a sua leitura livros simples e bem apropriados (...): é muito provável que por estes meios o professor consiga levar suavemente o aluno até ao fim de seus estudos com proveito deste, e com a mais nobre e legítima satisfação para si. (PARAÍBA, 1869)

Observamos também que a educação na Paraíba vem melhorando consideravelmente, todavia, muitos problemas que havia no século XIX ainda persistem no século atual. Podemos citar como exemplo a falta de preparo de muitos professores, que muitas vezes não dominam o assunto que ministram; as más condições de muitas escolas e objetos escolares; a inacessibilidade de muitos estudantes a livros que contribuiriam para sua formação, devido aos altos custos desse material; e a discordância entre muitos professores com relação à utilização dos livros didáticos em sala de aula, se segui-los como disciplinadores e uniformizadores da leitura, ou se tê-los apenas como um suporte teórico, podendo ser utilizado ou não pelo professor.

4. Referências

AUGUSTI, Valéria. Um leitor sem qualidades. In: 16 COLE (Congresso de Leitura do Brasil): No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las., 2007, Campinas. Anais do 16 COLE. NO MUNDO HÁ MUITAS ARMADILHAS E É PRECISO QUEBRÁ-LAS. Campinas : ALB, 2007. p. 1-7.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro Didático e Conhecimento Histórico: Uma história do saber escolar*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1993.

CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira (orgs). *Leis e Regulamentos da Instrução Pública da Paraíba*. Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]. – Dados eletrônicos. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/estatisticas/cdeb_2004/PB.pdf.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 120-233

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. v. 2

História da Leitura na Paraíba: práticas e representações. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/leituranapb

SENA, Fabiana. *A tradição da civilidade nos livros de leituras no Império e na Primeira República*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, 2008.

[1] Catecismo não é somente um livro de instrução religiosa, mas também um sistema de ensino por meio de perguntas e respostas, ou ainda, uma doutrinação elementar sobre qualquer ciência ou arte.

[2] Disponível em:
www.catolicenet.com/?system=dicionario&action=verbetes&id=387.

[3] Disponível em:
http://contasabertas.uol.com.br/noticias/imagens/estudo_wednesday.pdf.

[4] Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc1_15.htm.

[5] Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-194--Int.doc>.

QUANTIDADE	LIVRO	AUTOR
1	Dicionário da Língua Portuguesa	Constâncio
1	História de Dom João de Castro	Freire de Andrade
1	Lusíadas	Camões
1	Lusíadas	Camões
1	Dicionário da Língua Latina	Ramalho
2	Ditos de várias línguas	Calpinus
1	Dito de Fábulas	Chompré
2	Gradus ad Parnasum	Anônimo
1	Novo Método de Gramática Latina	Antônio Pereira
1	Compêndio da dita dita	Antônio Pereira
1	Explicação da Sintaxe	Dantas
1	Vida dos Homens Célebres da Grécia	Cornélio Nepos
1	De Officiis	Cícero
3	Orações	Cícero
1	Cartas Escolhidas	Cícero
3	Fábulas	Phedro
1	Conspiração de Catilina	Salustio
1	História Romana	Tito lívio
3	Eneida	Virgílio
2	Odes	Horácio
1	Poesias	Ovídio
2	Dicionários da Língua Francesa	Fonseca
2	Ditos para composição na mesma (língua francesa)	Roquete
1	Glossário de Palavras Francesas	D. Fr. Francisco de S. Luíz
4	Gramáticas da Língua Francesa	Sevene
1	Dita da dita dita	Hamoniere
3	Aventuras de Telemaque	Fenelon
1	Fábulas	La Fontaine
1	Dicionário da Língua Inglesa	Vieira
1	Dito para composição na mesma (língua inglesa)	Vieira
1	História da Inglaterra	Goldsmi
1	Íliada de Homero	Pope
1	Aritmética	Bezont
3	Elementos de Álgebra	Bezont
1	Geometria	Euclides
1	Geografia	Gnaltier
1	Atlas Geográfico	Simencourt
1	Ditos dos Principais Portos do Brasil	Milliet S. Adolfe
2	Dicionário Geográfico do Brasil	Milliet S. Adolfe

1	Discurso Sobre a Historia Universal	Bossuet
1	Elementos de Psicologia	Jacquier
1	Ética	Job
4	Obras Filosóficas	Descartes
7	Ensaio Filosófico	Locke
2	Filosofia	Laromiguiere
4	História Comparada da mesma (da Filosofia)	Degerand
3	Filosofia	Geruzez
3	Filosofia	Dugald Stewart
1	Retórica	Freire de Carvalho
1	Poética	Freire de Carvalho
2	De Oratore	Cícero
2	Eloquência Nacional	Lopes Gama
3	Retórica	Blair

Tabela 1 – Relação dos livros existentes na Biblioteca do Liceu da Paraíba do Norte em 1853